

Painel 4 – Aspectos Socioambientais

Moderadora – Mariana Ruete, IGF

Deste modo, vamos falar estritamente sobre tecnologias econômicas. Esta é a face humana da morte, o lado feio de nós, o lado da produção, dos problemas de saúde, das mortes, são os direitos humanos aqui. O mundo hoje fala de minerais críticos e estratégicos, mas para muitos de nossos países, os membros do IGF, é essencial, é estratégico. Alguém dizia que é parte da soberania nacional, é verdade, é muito bom estar falando disso no Brasil, porque eu sei que há uma conversa sobre minerais críticos aqui no Ministério, no Congresso.

Também há uma diferença muito grande na forma como é tratada a margem da mineração de Grande Escalada. A governança da mineração de Grande Escalada é uma relação tripartite: o governo, a empresa e também as comunidades. Nessa relação tripartite de governança, a empresa é protagonista. A margem é de um mundo diferente, uma relação dual, o minerador e o governo. É uma relação de direitos humanos, é o lado frio, e há muitos governos que vemos no IGF que fogem deste tema, então eles querem tratar a margem de ambientes sociais.

Falamos sobre todas as oportunidades, essa é a última, é a melhor prática em todos os países. Estes espaços são muito importantes também pelo ecossistema que há aqui. Nem todos os países têm um ecossistema como o Brasil. Ou seja, têm um ecossistema muito rico em toda a cadeia de valor. São muito importantes também. E falamos antes de uma parceria pública ou privada. Quero dizer que não é só público-privado, também envolve a sociedade civil e os mineradores.

Jair Schmitt – Diretor de Proteção Ambiental, Ibama

O Ibama é uma das agências federais que atua particularmente no combate à mineração ilegal e em algumas circunstâncias mais pontuais ele também tem uma atuação tanto no licenciamento ambiental, já é um recorte muito específico, eu acredito que boa parte do que é licenciado no país envolve ouro, e hoje está a cargo dos órgãos estaduais do meio ambiente. De vez em quando nós vemos municípios licenciando talvez com certo desvio jurídico.

Mas o Ibama além de ter esse papel de fazer a fiscalização, o combate à mineração ilegal, em particular em áreas de domínio da União, em áreas federais, terras indígenas, territórios tradicionais, unidades de conservação, também tem um papel que gente chama de competência subjetiva de fiscalização ambiental. Quando existe a inação ou omissão de algum órgão estadual do meio ambiente o IBAMA ou por interesse da União, a princípio o IBAMA pode fiscalizar também. Por último, além desse papel central de combater e fazer a fiscalização, a responsabilização e iniciativa, a instituição faz o licenciamento muito excepcionalmente, circunstancialmente.

O IBAMA também é responsável pelo controle da cadeia do mercúrio no país. Então, existem algumas medidas, regulamentos, que trata do mercúrio, insumo esse essencial para a produção e exploração do ouro. Dando um ponto desse contexto, eu vou também fazer um pouco de esforço aqui um pouco maior de encaixar o papel e atuação da instituição no tema socioambiental, embora o recorte da atuação do Ibama seja um pouco mais específico.

Eu vou organizar aqui precisamente três ou quatro pontos essenciais para direcionar a nossa fala. Bom, primeiro ponto talvez o central de todos, na perspectiva do Ibama, do seu papel, da sua atuação, o que nós vemos hoje se trata de exploração do ouro e olhando agora fazendo uma particularização, olhando para garimpo e garimpo ilegal, não estou olhando nem tanto para atividade constituída regularmente com as licenças ambientais, permissão de lavra e assim por diante, é que nós temos um caos instalado no país, nós temos um grande caos.

Nós temos extensas áreas sendo exploradas ilegalmente sem qualquer cumprimento às regras ambientais ou possivelmente às regras minerárias. E esse caos, às vezes até domina o câncer, da forma que ele visualiza isso nos sistemas de monitoramento, ele vai se espalhando por áreas, degradando o ambiente e trazendo severas consequências às pessoas. E a atua na atividade mineral que estamos ali trabalhando, mas principalmente a externalidade a outras pessoas, desde o problema de degradação do solo, a contaminação da água, as condições degradantes de trabalho e o uso do mercúrio ou de outros insumos que são extremamente poluentes. Então, esse é o panorama que nós vemos.

Estou falando isso por quê? Porque quando nós olhamos sistemas de monitoramento ambiental que medem a área que está sendo explorada, em particular na Amazônia, a mata, a região do país onde tem mais a exploração de ouro, novamente, estou me referindo àquilo que nós classificamos como ilegal. Então, entrando no mérito, ainda temos várias outras empresas, atividades regularmente constituídas operando dentro de parâmetros de conformidade e tudo mais. Não estou me referindo a esse setor que opera de maneira correta, mas esse setor que opera de maneira correta, pelos fragmentos de fala que eu peguei agora pouco aqui, inclusive está sendo prejudicado pelo ilegal. O ilegal além de causar todos os danos, os problemas que mencionei, mas ele também cria em alguma medida, um problema, eu vou chamar aqui, não sei se é correto, mas uma competição desleal. Isso afeta como um todo o país, a atividade mineral, a economia do país, enfim, todos os benefícios sociais, econômicos que vem dessa atividade que opera regularmente seguindo todas as regras, embora muitas delas ainda precisem ser melhoradas.

Então, esse panorama, em particular na Amazônia, ele evoluiu muito, esse câncer que a gente pode chamar assim pela forma que ele se espalha, ele evoluiu muito nos últimos dez anos. Tem um período temporal que é impressionante quando você vê quantas áreas foram abertas para mineração ilegal. Onde estão essas áreas? Em grande parte, em territórios indígenas e não é novidade pra ninguém aqui nesta sala. Terra indígena Yanomami, foi um caos, que foi significativamente controlado agora. Terra indígena de Urucu, Kayapó, é ou são as principais áreas de exploração ilegal do ouro e aí todas as

mazelas e problemas degradantes que envolvem as pessoas que estão ali. Seja aquela massa laboral de trabalhadores, que tem uma massa de trabalho aqui, seja as outras pessoas que sofrem as consequências daquele caos, todo aquele processo degradante humano-ambiental, poluente que envolvem isso.

Todos os anos há uma abertura de pelo menos mais de mil hectares em novas áreas de garimpo, isso é mensurável em imagem de satélite. A partir de 2023 com a nova orientação de governo, e governo é importante, é necessário, o poder público ele tem que agir, atuar, é fato que houve maior atuação para combater essa ilegalidade. Então, quando a gente compara, até 31 dezembro de 2022, quanto de área já era aberto ali, o quanto era aberto por ano nós comparamos agora com 2024, 2025 o ano não fechou ainda, uma redução em cerca de 30% a 40% da abertura dessas novas áreas. É um resultado muito preciso, significativo, dado ao contexto de sempre de crescimento e agora você tem uma tendência de queda fácil no enfrentamento por várias agências, em particular o Ibama tem uma atuação bastante firme nisso. Mas o problema ainda persiste, ele é muito grande.

Falei da camada de pessoas que estão lá e o tamanho do problema instalado, investimento de estrutura, máquinas, que vale milhões em equipamentos, a gente não está falando mais de garimpo, aquilo é uma atividade industrial insana gigante. E criar essa massa de manobra aqui, na verdade, ela é operada por outras camadas dessa cadeia do crime. Pessoas que vendem insumos para o crime, combustível, tem um nicho de mercado, o Ibama identificou isso, e tinha uma estratégia de buscar combustível lá em Cubatão, em distribuidora, para poder alimentar as aeronaves, mais de 100 aeronaves que operavam o condicionamento na Terra indígena Yanomami. Ibama, agência nacional de petróleo, a Anac também tem trabalhado nesse assunto. Então, tinha todo um trabalho de levar assim nos extremos do país, porque localmente já tinha um bloqueio para esse comércio e tinha um nicho do crime organizado ali atuando.

Nós temos um outro nicho, que é quem é o dono do garimpo de verdade, o patrão do garimpo, que não é quem está trabalhando lá, que paga uma taxa, uma diária, tem vários modelos de exploração das pessoas, que é esse o trabalho de degradante grave. Então tem alguém que é o dono daquela exploração. No passado a gente via os patrões, os donos de garimpo mais diversos. Hoje quem atua como dono de garimpo? O crime organizado, que diversificou seu negócio, usa da sua estrutura, do seu método de violência, de logística, das suas redes de influência, de corrupção, de contato, e o crime organizado está dominando os garimpos na Amazônia. Porque é muito lucrativo, o ouro é muito lucrativo. Está lá o PCC, está lá o Comando Vermelho, estão lá outras facções mais regionais, milícias. O crime organizado entrou em alguns garimpos como outro nicho de negócio, ele vendia entorpecentes, vendia droga lá, e aí ele foi se instalando. Aí tem razões diversas, mas o crime organizado está dominando isso e é muito difícil fazer esse enfrentamento, esse combate ao crime organizado. É um ambiente de violência, de exploração das pessoas e aí vários outros estereótipos também todos nós somos conhecidos e é nessa hora que a gente pega esse estereótipo da exploração ilegal do ouro e a gente vai lá, coloca na mesma panela com a indústria que é o setor produtivo

que produz corretamente e a gente não consegue distinguir isso e aí na verdade a imagem brasileira está nesse pacote.

Outro ponto importante, agora eu vou fazer um ressalvo na questão das indústrias, das pequenas produtoras de ouro, que tem PLG, que tem licença ambiental, normalmente a licença dos estados, mas estão que ilegais também operando. E operando por quê? O principal ativo ali do método produtivo, que é o Mercúrio, e é quando a gente olha o sistema de controle do Ibama, quando a gente vê outros dados, na verdade o submundo desse mercado, desse mundo do Mercúrio, que é um trabalho conjunto do Ibama com a Polícia Federal, que fez duas, três operações, operação Hermes (Hg), o que a gente percebe que não tem mercúrio legal no país para ser utilizado nessas mineradoras que tem licença ambiental, que tem PLG que em tese estaria todas conformes, né?

Então hoje, a qualquer momento se o Ibama entre outras tantas demandas quiser embargar e fechar esses pendentes dessas mineradoras ele tem todos os argumentos fácticos e jurídicos que não se consegue comprovar na maioria dos casos a legalidade desse mercúrio. E esse mercúrio está vindo aonde? Contrabando, ele entra pelo país nos nossos 16 mil quilômetros de fronteira cerca, em aviões, Bolívia, Paraguai, América Central, México, tem de tudo, são rotas. Tem várias rotas terrestres, a própria Bolívia, Paraguai, eventualmente Uruguai. E tem a importação de mercúrio que é vestida de outros produtos diversos. Nós pegamos lá em Campinas, por exemplo, a gente chama de vazamento de NCM, de produto, lá foi declarada como shampoo. Quilos e quilos em frascos de shampoo. No passado a gente já pegou como papel, aquelas resmas de papel.

Então o Mercúrio, na verdade, é um grande gargalo do estudo produtivo do Ouro no país, dado essas circunstâncias. Nós pegamos um pedido no passado, quando ainda era permitido pela Anvisa a importação de mercúrio para a produção de amálgama de restauração de dentária, se não me engano, em 2019 a Anvisa restringiu isso, e tinha uma empresa odontológica importando quatro toneladas de mercúrio. Aí vai investigar, estudar a cadeia, a empresa vendia para um certo grupo no Mato Grosso que redistribuía para os garimpos. Então na verdade era uma importação de fachada, não era para mercúrio. Pegamos também uma empresa lá em Paulínia que reciclava mercúrio de lâmpada, é ótimo que nós temos processos de reciclagem e de reaproveito e tudo mais, mas ela reciclava, declarava uma quantidade acho que de mais de 300 quilos por ano, e a capacidade instalada dela talvez não fosse nem 50, totalmente atípica, era contrabandeado. Enfim, mercúrio é um grande problema e um produto muito nocivo às pessoas e ao meio ambiente. As consequências do uso impróprio, sem seguir todos os preceitos, leva a grandes problemas.

Existe hoje também nesse ambiente de ilegalidade o uso do cianeto. O Ibama já pegou vários casos, tanques gigantes de 500 600 litros de cianeto. Ele é um problema, do ponto de vista como é que se lida com essa substância altamente tóxica e letal. Talvez a diferença do mercúrio, é que o mercúrio, às vezes, ele mata mais lentamente e as pessoas não percebem. O cianeto ele mata, e é a morte aguda, normalmente. Às vezes os corpos já ficam ali pelo garimpo, tem vários relatos dessa realidade.

Eu falei da gravidade, mas eu vou conversar um pouquinho da solução. Não é solução mágica, tá? A solução do problema, ele depende de fato de uma boa organização do Estado brasileiro para enfrentar de verdade o problema, não tem jeito.

Tá lá o IBAMA destruindo equipamentos, materiais, envolvendo garimpo, no total já foram mais de 400 escavadeiras, 1300 balsas, 70 aeronaves, colocando no papel isso dá alguns bilhões de prejuízos ao crime. Porque a lógica é descapitalizar e incapacitar, descapitalizar é fazer perder dinheiro e incapacitar é tirar a ferramenta do crime. Isso se aplica em certas situações, não em todas, mas onde vende as melhores imagens de imprensa, as pessoas publicam, exploram isso, aí tem as contradições, as controvérsias que envolvem o assunto e muita gente sendo usada como massa de manobra pra se colocar como vítima. Na verdade, eles são vítimas, mas não é do Estado, porque tá lá fazendo cumprir a lei, vítima de outros nichos do crime, dessa cadeia do ouro ilícito que envolve todos eles e talvez de existências de outras políticas públicas que acabam não funcionando.

Mas o Estado, de fato, precisa se organizar, ele precisa construir uma estratégia para lidar com o problema. Não é só de ações avulsas e isoladas que gente vai resolver o problema. Não vai ser só o Ibama sozinho fazendo suas centenas de operações. Agora, a gente está lá até na terra indígena Sararé, foi um grande *boom*, todo mundo vazou de outros garimpos e correu para essa terra. Nessa terra indígena dá para chamar Uber para pedir lanche, é um caos estabelecido, trincheiras profundas escondendo maquinários, mas a gente monitora e acha porque temos métodos para isso. Só lá foram umas 414 escavadeiras destruídas em dois anos de trabalho, tem muito ouro lá, por isso que está compensando comprar uma escavadeira daquelas que vale dois, três milhões de reais.

Mas voltando, o Estado precisa se organizar, ele precisa construir uma estratégia, ele precisa construir um plano para enfrentar o garimpo ilegal, que a meu ver pode ter outras realidades, a gente tem espaço pra jogar sobre essas outras realidades. Com o crime organizado não dá para pedir “por favor, vamos fazer diferente, vamos fazer uma requalificação profissional e colocar o chefe do crime organizado em uma atividade”.

Agora, você tem várias medidas necessárias, fazer a rastreabilidade do ouro para a mostrar a origem lícita legal do ouro, a meu ver é muito importante, mas tem que ser uma ferramenta boa e eficaz. E quando a gente olha para outras experiências de controle como a madeira, o Brasil autoriza cerca de 8 milhões de madeira nativa da floresta amazônica, é plena a importância na atividade da bioeconomia do país, a exploração de madeira lícita e legal com aspectos de sustentabilidade, mas tem ali os 30% 40% talvez que estão envolvidos em irregularidades. E aí tem que ficar apertando para quem está operando irregular saia desse mercado e quem opera regularmente possa florescer, crescer e desenvolver uma econômica, social e ambientalmente o país.

Então precisa ter uma estratégia, um plano de ação voltado ao combate a mineração ilegal no país e iramos recortar ela, especificamente para o ouro, que é o objetivo desse fórum. Você tem uma boa estratégia, os papéis dos vários atores envolvidos de governo, do governo federal, possivelmente mesmo os governos estaduais e o setor privado, o

setor produtivo, e a própria sociedade civil organizada tem papel para isso, então precisa organizar isso.

O Brasil em 2023 relançou e reforçou o PPCDAm, que o é Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia. Qual o impacto do resultado disso? Em dois anos, redução de 47% do desmatamento ilegal no Amazonas. O Brasil tem a meta de chegar em desmatamento zero. E eu também tenho uma meta dessa, ouro ilegal zero, e para isso a gente precisa dessa estratégia.

Precisa ter governança estratégica, precisa ter boas lideranças políticas, não é só os técnicos dando as boas soluções. Vamos ter lideranças políticas que de fato banquem essa estratégia porque esse remédio ele tem amargos, ele não é um remédio doce, agradável, ele tem amargos e a gente precisa trazer esse enfrentamento.

Fechando o meu tema aqui parte desse plano são as pessoas, principalmente aqueles que são explorados, teve umas situações de trabalho que tem mais estudos, seja porque precisa requalificar, reposicionar essas pessoas para ver outra atividade ou para que essas pessoas possam atuar na atividade mineral lícita, legal, toda regulamentada. Aí é um universo, tem vários tipos pessoas que são desde profissão mineradores e garimpeiros e tem aquelas pessoas que estão oportunamente, circunstancialmente atuando no garimpo, a gente percebe dentro do dia a dia, várias delas. Então as pessoas fazem parte dessa estratégia, não é uma estratégia só para pessoas se não, não vai resolver, mas elas fazem parte dessa estratégia. E o IBAMA, no seu papel, no seu recorte de instituição, ele sempre está disposto a fazer esse enfrentamento desse problema e eventualmente contribuir com o plano.

Larissa Rodrigues – Diretora de Pesquisa, Instituto Escolhas

Quero dizer que pelo que eu tenho ouvido a gente está numa evolução aqui. O que eu ouvi de ontem para hoje é muito diferente do eu ouvi ou do que eu participei em anos recentes. A gente não está falando de tanto tempo atrás assim. Muitas das coisas que eu vou falar também já foram levantadas aqui, ou seja, tem muita convergência, o que é ótimo, mas essa convergência, eu queria chamar a atenção, que ela não é de partida, ela já é fruto de uma evolução. Pode ser que muitas das coisas que a gente está falando aqui já está de certo modo consensuado, mas, elas não eram consensuadas há pouquíssimo tempo. Então essas convergências já são frutos desse esforço.

E queria chamar a atenção para uma frase que o doutor Mauro falou ontem na abertura do evento, que ficou muito comigo, que é “O que a gente está discutindo aqui não tem solução única, não é uma proposta, não é uma agência de governo” aliás, não é um governo, né? A gente está falando aqui de um mercado global, de atuações globais e eu acho que isso é importante a gente ter sempre em mente, não só pelo esforço que cada um aqui precisa dedicar a isso, mas também para quando a gente avalia as políticas e o que tem sido feito nos últimos anos.

E eu queria falar que há pouco tempo, como eu disse, a gente estava numa situação realmente de caos, tá? Então a gente ali, pelas nossas estimativas, sempre feitas com os dados da ANM, a gente tinha indícios de ilegalidade em praticamente metade da produção nacional. Naquele momento o nosso pacote de propostas era muito focado na questão da presunção da legalidade do ouro adquirido e da Boa Fé da pessoa adquirente, na falta de nota fiscal eletrônica e na falta de rastreabilidade de origem, e vejam, são medidas que estão focadas na comercialização, não na extração. E basicamente até 2022 virada para 2023, a gente estava discutindo essas propostas não porque elas fossem as únicas, mas naquele momento a gente precisava focar nelas justamente porque era uma situação assim tão absurda que a gente teve um *boom* aí de áreas ilegais no país, isso estava passando pela comercialização, estava chegando nos mercados externos e estava chegando pela porta da frente, o que é o pior dos mundos. Aí a gente pode falar, naquele momento estava tudo legalizado? Não, não estava, a extração ilegal estava explodindo, mas esse ouro chegava com a aparência de legal lá fora, e todo mundo sabia, não precisava ser um gênio para entender o que estava acontecendo.

E aí, nessas propostas, eu acho que vale mencionar também, que é um pouco datada desse evento aqui, as colaborações, por exemplo, o Júlio não tá aqui hoje, mas querendo mencionar o Ibram, no dia que o Raul Junque montou uma posse com o presidente do Ibram, a gente teve uma reunião com ele na manhã, ele tomaria a posse à noite, colocamos esse problema e naquele momento o Junque entendeu que aquela precisava ser uma agenda do Ibram, da grande mineração. Inclusive, muita parte do esforço de fazer isso com o Banco Central, Receita Federal, para as notas fiscais eletrônicas, a gente fez isso numa parceria e eu acho que é uma parceria muito frutífera porque quando você chega para o governo, para os órgãos de controle, mostrando que a gente está junto, tem setor privado, tem organização da sociedade civil, a gente está pedindo a mesma coisa, com chapéus diferentes, com perspectivas diferentes, mas isso dá, eu acho, até força para as agências e para o governo atuar.

E foi isso que aconteceu, a gente falou muito da questão do Supremo na queda da boa-fé pela ação direta de constitucionalidade, a 7273, a gente participou da petição inicial da sessão. Naquele momento eu nunca iria imaginar que aquela ação ia se mover tão rápido, e claro que ela se moveu rápido porque teve toda uma questão política envolvida, teve toda uma concertação talvez gerada pelo mal, mas que gerou o bem. Junto a gente teve a atuação da Receita Federal para o estabelecimento das notas fiscais eletrônicas e aí a gente vê com o resultado disso que eu vi algumas pessoas aqui falando como uma situação de crise, uma situação de caos. Eu discordo totalmente dessa avaliação porque quando a gente teve a queda da Boa-fé e a nota fiscal eletrônica, já em 2023, ou seja, menos de um ano que isso estava valendo, a gente viu uma queda de 45% na produção de ouro oficial registrada pelos garimpos. Em 2024, claro, isso se assinou, os dados já fechados, que inclusive ainda não publiquei, vou publicar, mas o cálculo já deu, fechou 2024, foi uma queda de 83%. Em 2025, muito parecido, a gente está num patamar de mais ou menos 5 toneladas, 2025 é ainda um pouco maior do que 2024, teve um pequeno crescimento por conta do preço do ouro. Mas a gente saiu, basicamente, de um patamar de 30 toneladas registradas para 5 toneladas.

É claro que vão vir as perguntas “mas esse ouro não deixou de ser produzido?” “a ilegalidade não sumiu, o que a gente fez na verdade foi empurrar as operações para a ilegalidade”. Não! A operação se ela é legal, se ela é ilegal, está na extração. Se a extração antes era ilegal e chegava no mercado, é ilegal, se a extração era legalizada, ela chegava no mercado legalizada, legalidade ou não está na extração. Então não existe essa visão de que a gente empurrou as operações para ilegalidade, elas já estavam na ilegalidade e a gente não estava vendo dessa forma.

E aí o Jair colocou aqui na fala dele o que é isso? Isso é concorrência desleal. Quanto você tem as operações ilegais inteiras dentro do mercado formal que era o que acontecia, porque quando a gente fazia essas análises, me perguntavam “ah, mas quanto do ouro está sendo lavado e quanto do ouro está aí no contrabando?” está tudo lavado, se não está lavado é porque não deu tempo de chegar na lavanderia. Vamos falar, já que gente está falando de forma franca aqui. Mas é claro que essa quantidade de ouro ela não sumiu, mas também é verdade que parte dela foi sufocada. O Jair colocou aqui os resultados das operações de repressão feitas junto com a equipe da Polícia Federal em terras Indígenas, essa diminuição que você vê nas imagens de satélite de abertura de novas áreas, é resultado concreto, isso é dado, isso não é percepção. Quando a gente vê algumas operações migrando para a Guiana, por exemplo, essas operações estavam aqui, agora elas estão na Guiana “ah, mas elas agora são um problema na Guiana.” Ótimo! Agora a França também precisa começar a olhar para isso com muito mais atenção, que não estava olhando antes. Então a gente teve uma mudança.

Aí vão falar “mas agora o mercado desorganizou” pelo amor de Deus, a gente colocou nota fiscal eletrônica de padaria. Então assim, é claro que esse esforço não é trivial, foi muito importante ter, mas a gente colocou nota fiscal e inclusive, ter um sistema de nota fiscal, ter sistema de *compliance* é o que, em tese, vai permitir a gente ter rastreabilidade, vai permitir o ouro chegar, por exemplo, no aeroporto, não parar na receita, a gente sabe que ainda tem canal vermelho na receita, mas a ideia, pra você vencer o canal vermelho, pra gente vencer essas etapas, é construída pedaço a pedaço e a gente construiu alguns bloquinhos desse caminho, dessa equação para gente ter o canal verde. Mas a gente ainda não completou ela, ainda não completamos essa jornada.

Inclusive, diria que como alguns colocaram aqui esse caos instaurado, na verdade ele é um bom momento porque ele dá o caldo, porque já que já desestruturou, já escancaramos, já estamos conseguindo mais ou menos separar o joio do trigo ou seja, porque antes quem era ilegal estava disfarçado de legal, agora não, ele está no lugar dele, onde ele sempre deveria ter estado. Aí parte disso combate com repressão, claro que o Estado não vai dar conta de fazer uma repressão que chega a 100 toneladas, mas a repressão ela dá resultado, dá resultado medido por dado e dá resultado quando você vai para o chão do garimpo e você vê as pessoas comentando. Agora, é claro que não vai pegar tudo, e aí que vem acho que um pouco da visão de como deixar essa parte do ilegal o menor possível para que a repressão continue atuando sempre e dê conta dela, sufocando aos poucos e organizar o outro lado.

Como eu disse, a gente começou a organizar o lado aqui, os órgãos, a agência, mas é um caminho. Nesse caminho, eu diria que agora sim com algumas coisas implementadas, tem novos conjuntos de proposta, a gente precisa olhar daqui para frente. Uma delas que a gente ainda não conseguiu implementar, que é a rastreabilidade. Na verdade, sobre esse assunto que eu acho que é essencial, eu queria deixar aqui um chamamento. O Brasil precisa rastrear a origem do ouro, eu acho que a gente precisa agora desse chamamento, que é bora fazer isso, já tem tecnologia, já tem sistema, os atores estão todos aqui, a gente precisa fazer, precisa apertar o botão, porque eu acho que a rastreabilidade é importante, ela é quase como um sistema de gestão, é um sistema de gestão do setor. Ela é um sistema de gestão onde você consegue colocar todos os atores ali dentro, ela é um sistema que vai garantir que não tenha o canal vermelho na receita na hora da exportação, porque ela vai estar integrada. Você não vai precisar se apresentar à receita, porque a receita já vai estar ali junto com as autorizações, com as permissões da agência, com o licenciamento ambiental. Ela é um sistema de gestão e que também funciona com uma otimização para a própria fiscalização, dentro de um sistema de rastreabilidade a gente consegue colocar sistemas de alerta e otimizar muito do trabalho, gerando um ganha ganha. Eu não consigo ver quem perde nessa história, acho que por isso também que esse assunto já está consensuado, mas eu acho que ela é, como eu sistema de gestão importante para dar um contorno para outras ações que precisam ser feitas.

Como a gente tem visto a questão dos desafios que a gente ainda tem pra frente? Primeiro, eu acho que o foco tem que ser na extração, como eu disse, eram necessárias algumas medidas que tinham a ver com a comercialização de ouro, mas na verdade eu acho que o foco precisa estar na extração, você tem a extração legal e você tem a extração ilegal. Tem alguma parte da extração ilegal que sempre vai ser ilegal e ela não quer estar dentro da legalidade e eu preciso, quero acreditar que ela seja pequena e que ela seja pequena e que aí a polícia, as agências de controle vão dar conta na repressão que nunca pode acabar.

Você tem operações que já funcionam de forma regularizada, que já tem licenciamento ambiental, que já tem a anúncia da agência, enfim, que já estão com um pacote completo e eu acho que uma das formas de combater a ilegalidade, primeiro, é garantir que quem está dentro da legalidade fique dentro da legalidade. E eu acho que isso a gente tem que fazer não olhando o setor como olhava nos anos 80, porque os anos 80, tinha uma condição de anos 80, a gente já está em 2025, eu não acho que o que funcionou nos anos 80 funcione hoje. Até porque os novos regulamentos para o setor garimpeiro e de comercialização de ouro vieram na década de 2010, 2013, e já era uma condição completamente diferente.

Então, como foi falado também, a gente já tem hoje operações garimpeiras que já atuam em um patamar de mineradoras, talvez não uma grande mineradora, mas uma pequena mineradora, porque não já nesse esforço de organizar o setor, puxar, em vez de gente empurrar todo mundo para baixo, vamos trazer todo mundo para cima. Trazer todo mundo para cima no sentido de pegar quem já está estruturado, e fazer uma migração de regime. Mas tem a pesquisa e como eu vou cumprir o mesmo critério que uma grande

mineradora? É possível fazer critérios diferenciados, critérios adaptados para trazer essas operações com regime de concessão de lavra. Por quê?

Aí a gente começa a falar de incentivos, você vai ter incentivos de acesso ao mercado, você tira intermediários, você vende ouro para quem você quiser, você tem acesso a financiamento, a gente tem um contorno institucional muito mais claro em vários sentidos e isso, você também tem um conjunto de incentivos. Para o Estado ou para a sociedade brasileira você consegue ter um melhor aproveitamento do potencial dos recursos minerais, porque a gente tá falando de gestão de um patrimônio público, a gente tá falando de recurso público, então é interesse do Estado com que esse bem mineral seja o melhor aproveitado possível.

Mas aí claro que essa solução vai funcionar para todo mundo que tá hoje no garimpo? Não, e aí para quem não funciona eu gosto de pensar que não funciona ainda. Por que que cooperativa é importante? A gente já tem uma preferência por cooperativa na própria Constituição Federal e a cooperativa é importante porque ela consegue organizar e trazer condições para operações que seriam individuais, no sentido de que ela vai ter o técnico ambiental, ela vai fazer todo o processo com a agência, ela vai ter um monitoramento, ela consegue botar um satélite, ela consegue explorar as novas tecnologias, e até o Gilson falou isso na fala, não vamos pensar que isso é só pelo meio ambiente, só pelas pessoas, porque eu acho que a solução para o meio ambiente e para as pessoas é quando ela passa pelo entendimento de que aquilo também tem um benefício econômico, aí a gente consegue fechar a equação, e aí a cooperativa consegue dar esse contorno. “Mas talvez isso vai funcionar para uma cooperativa e não vai funcionar com a outra” A gente pune quem não funciona, mas você não pode punir quem está dentro da legalidade, que tem condição de se alavancar, que tem condição de subir, o tem condição de trazer desenvolvimento, é isso que acho que é o papel da política pública. A gente tem que punir o que não deu certo e esse é o papel do estado.

Voltando para a comercialização, por que uma cooperativa não pode vender o ouro para uma joalheria? Por que uma joalheria não pode comprar o ouro de uma cooperativa? Eu acho que Écio falou aqui, que por exemplo, está firmando um acordo, um compromisso ali com empresas da baixada cuiabana, excelente, é isso, entendeu? Às vezes assim, de uma situação caótica, a gente consegue encontrar arranjos que são muito benéficos.

Agora, porque eu vou penalizar quem está fazendo a extração legal, ou seja, eu acho que o foco não está na comercialização, ele tem que estar sempre na extração. Se o garimpeiro, se o minerador, eles estão legalizados, eles é que tem que ser beneficiados. Se o mercado vai pagar um prêmio para esse ouro, como eu acho que tem que pagar, é ali que você tem que dar o prêmio, direto para quem está fazendo as práticas, premiar ou punir quem está fazendo ou não as práticas e não o intermediário.

E aí vai falar “mas a gente vai tirar os intermediários?” os intermediários sempre vão existir, até porque às vezes você não vai ter um volume grande para vender direto para o exterior e vai passar por um intermediário, eles podem continuar existindo, mas é diferente você ter uma condição de mercado onde existem comercializadoras, existem intermediários, é muito diferente de você obrigar você ter intermediários porque o que a

gente gerou nos últimos anos foi uma justificativa que no meu ponto de vista é ultrapassada, que vem de um tempo muito antigo, a gente praticamente criou um oligopólio. E quando você cria um oligopólio e você tem a parte das empresas com problema, a gente gera esse caos que gente criou hoje. Porque você tem garimpos que estão totalmente licenciados e que poderiam estar vendendo no mercado livremente. A gente criou uma distorção de mercado, na verdade assim, para resolver um problema, a gente criou outro, talvez não no momento em ele foi criado, mas para hoje sim.

Então, resumindo, eu acho que como proposta tentar estruturar, trazer quem já está num patamar maior para dentro de um contorno de mineração e aí sim discutir o que seriam esses critérios infra legais para fazer um enquadramento de uma mineração de pequena escala que faça sentido e que a gente consiga elevar mesmo o estado dessas operações, quem ainda não está nesse patamar trabalhar com as cooperativas. E mesmo porque não há cooperativas virando as mineradoras, mas a gente fortalecer a figura das cooperativas e pensar na liberdade do mercado e não criar distorções de mercado para que compradores estrangeiros que estejam interessados no ouro brasileiro produzido de forma responsável possa comprar e remunerar esse ouro, que a joalheria nacional possa comprar desse ouro. Eles podem falar que vão surgir um monte de empresas duvidosas, mas isso o sistema de rastreabilidade controla, quando você vê ele como uma ferramenta de gestão, tá todo mundo cadastrado. E aí você pune quem tem que ser punido e premia quem tem que ser premiado.

Moderadora Mariana Ruete

Queria destacar um par de coisas, destacar o caminho positivo que ela mencionou, a precisão e a interação por parte de todo o conjunto de *stakeholders*, também a estratégia de tomar o que em inglês se diz *low hanging fruit*, que é fácil ou que está presente hoje e que pode ser imediato, como no caso da nota eletrônica, no caso da presunção de boa-fé. Essas são ações que nos levam a mais ação, me entusiasma, o que tem acontecido eu creio que isso é muito positivo, mas é importante ter uma estratégia de médio e longo prazo, uma estratégia coerente, destacar o foco na extração dos mineradores como uma semente para a cadeia de valor. Também é mais fácil que a cadeia de valor esteja bem feita. E também a diferenciação, e isto é muito importante em muitos países, do garimpo legal e da criminalidade, e trabalhar para trazer todos para a legalidade com incentivos para trazê-los para uma mineração legal, formal.

Julevania Alves Olegario – Diretora do Departamento de Desenvolvimento Sustentável na Mineração, Ministério de Minas e Energia

O meu primeiro *slide* é só para fazer uma contextualização da nossa geografia, do contexto geológico. O ouro a gente tem praticamente em todo o território brasileiro, como bem falou a nossa moderadora, nós temos um país com dimensões continentais. Em que pese termos ouro no Brasil inteiro, Minas Gerais, que é altamente rico em vários

minerais, o ouro que está em Minas Gerais, que está em Goiás, Bahia, tem uma grande produção industrial, é uma mineração industrial, apesar de ter garimpo também, mas o garimpo do ouro está especialmente na região amazônica.

O que diferencia o garimpo da mineração industrial, nem é o porte do maquinário, é também estar associado à forma em que a substância é encontrada na natureza. Então o mineral garimpável normalmente está inconsolidado, é uma região mais superficial, e essa é uma das principais características que distingue a mineração industrial, que já está na rocha primária.

Como a minha temática hoje é socioeconomia, a questão social relacionada ao ouro, eu vou focar principalmente no ouro da mineração artesanal em pequena escala (MAPE). Essa nomenclatura é conhecida internacionalmente, mas a legislação brasileira usa principalmente a palavra garimpo. Se eu estivesse falando de combate à droga aqui, eu só tenho um tipo de política pública para uma atividade ilegal, que é fiscalização e repressão. Mas no caso do garimpo, eu tenho previsão constitucional e a Constituição prevê, inclusive, que o Estado vai fomentar a atividade por meio do cooperativismo. Então, eu não posso simplesmente proibir a atividade.

Para entender o contexto histórico e entender o papel do Estado nessa atividade e para essas pessoas, as pessoas associadas, eu volto um pouquinho, em 1934, onde a Constituição fez uma diferenciação, ela separou o solo do subsolo. As pessoas têm direito à propriedade do solo e, a partir de 1934, o subsolo é um bem da União, então, os recursos minerais são de todos e quando há uma exploração no interesse nacional, segundo a Constituição, o Estado tem que ser compensado por isso.

Eu trouxe aqui os principais marcos em relação à atividade do garimpo e nós temos aí, na década de 50, década de 70, algumas ações estatais de fomento ao desenvolvimento da Amazônia, onde teve uma atração de pessoas, principalmente do Sul, para fazer investimento, principalmente na questão do agronegócio, e uma migração intensa de pessoas do Nordeste para a região amazônica, para trabalhar tanto na construção de estradas transamazônica, trans garimpeira, no segundo ciclo da borracha também e posteriormente na atividade minerária de garimpo. E aí nós temos um evento histórico, que é o descobrimento do Serra Pelada na década de 70.

Então, nós temos o início da divisão dos bens da União, em 1934, nós temos um ciclo de desenvolvimento amazônico na década de 70, iniciando na década de 50, com a construção de estradas e expansão dos garimpos na região amazônica, tem o contexto de uma das piores secas do Nordeste, que atraiu muito o nordestino para a região amazônica, nós temos aí Serra Pelada, que foi um dos maiores contingentes de concentrações humanas do planeta, no final da década de 70, início da década de 80. A Constituição de 88 prevê a atividade de garimpo, então é uma atividade laboral com previsão constitucional. E temos aí também, na Constituição de 88, a proteção de terras indígenas e algumas salvaguardas em relação à mineração, entre elas a obrigação de recuperação de áreas degradadas, o interesse nacional, então temos alguns marcos aí na Constituição. Nós temos como um marco nesse cenário da mineração a crise humanitária dos Yanomamis, um pouco antes, no início da década dos anos 2000 nós

temos aí um *boom* da China e aí um *boom* das *commodities* minerárias, então, houve um aumento significativo do valor do minério a partir dos anos 2000 e fechou o ciclo das *commodities* da China.

E por que eu fiz questão de fazer esse contexto histórico? Nós temos um contexto histórico onde o Estado Brasileiro fomentou a ocupação amazônica, atraiu pessoas para aquela região, estimulou a atividade minerária, inclusive, na década de 70, foram criadas reservas garimpeiras, como a reserva garimpeira do Tapajós, que antecede, inclusive, a APA do Tapajós, a homologação de terras indígenas, então, temos ações estatais que fomentaram, de certa forma, a atividade naquela região. E a gente sai de um cenário onde o garimpeiro é visto como um herói desbravador da selva, a gente tem no Brasil medalhas, selos comemorativos para o garimpeiro, quem vai em Roraima tem uma estátua lá em homenagem ao garimpeiro, a constituição estadual de todos os estados amazonicos preveem atividade garimpeira, com exceção de Rondonia que só tem uma menção em relação ao monumento em homenagem aos garimpeiros.

O que eu trouxe aqui como os aspectos socioambientais? Dificilmente a gente vai conseguir atacar com eficiência esse contexto do garimpo com uma única entidade estatal. Considerando que é uma atividade passível de ser realizada legalmente a gente não pode ter apenas um tipo de política pública. A gente precisa da política pública voltada para fiscalização e repressão, ela é essencial, em nenhum momento eu quero minimizar a importância das atividades de repressão e de fiscalização, o qual inclusive o MME apoia. O MME tem apoiado e tem trabalhado e atuado junto com a Casa Civil nas atividades de desintrusão de terras indígenas, inclusive as que não estão relacionadas à exploração do ouro, mas a gente tem que trazer as pessoas para a legalidade e aí tem que ter uma vantajosidade nesse processo. Hoje o que acontece é que a gente tem tido ações só em um sentido, no sentido da repressão e fiscalização e não tem tido alternativas e políticas públicas que possibilitem trazer quem quer para a legalidade. E aí você pode perguntar, mas quem não quer? Infelizmente, para quem não quer não tem uma solução. A única solução para quem não quer, que ficar na bandidagem, é ação policial, para essas pessoas eu não tenho alternativa. Mas para quem quer fazer do jeito certo, o Estado brasileiro tem que prover algumas iniciativas.

Nós fizemos e lançamos em julho, a gente coordenou, mas quem fez foi o NAP da USP com o apoio do IGF e fizemos um levantamento do Panorama Nacional da Mineração Artesanal de Pequena Escalas do Ouro. Isso é um diagnóstico, é um estudo que é a base para a gente poder instituir, colocar em consulta e lançar a várias mãos o plano de ação nacional da mineração de pequena escala para diminuição e, se possível, a eliminação do uso do mercúrio no garimpo.

A gente que trabalha no Estado, com atividades estatais, a gente trabalha com políticas públicas, a gente precisa de dados e evidências para propor a política pública, além dos dados e evidências, a gente precisa também conseguir uma agenda. A agenda é um espaço, uma janela de oportunidade. Então assim, considerando todo o contexto geopolítico, contexto nacional, a gente pode considerar que gente está tendo uma janela de oportunidade de propor algumas alternativas para o setor.

Os aspectos socioambientais são inúmeros, tem aspectos que são positivos, como a atividade econômica e como atividade econômica ela gera renda e gera emprego, mas considerando que é uma atividade econômica de exploração de um bem da União. Então a União tem que ser recompensada por isso. Quando existe uma atividade, uma extração mineral ilegal não é garimpo, não é mineração, porque não respeita salvaguardas constitucionais, de reparação de área degradada, interesse nacional, concessão e autorização da União, e todos perdem. Eu trabalho com sustentabilidade e quando eu trabalho com sustentabilidade, é uma via de mão dupla. Não pode só um ser bom só para um, tem que ser bom para vários lados. Quando tem a exploração ilegal, só uma pessoa recebe por aquilo, só o explorador, o bandido, o que ele está fazendo sem autorização, ele está na ilegalidade, ele é o infrator. Nesses casos, só ele recebe. Quando tem um processo de garimpo com PLG, com licenciamento ambiental, porque o licenciamento ambiental é pré-requisito para emissão da PLG, o Estado brasileiro já tem um controle maior e ele tem uma compensação financeira por isso.

Então, os aspectos relacionados à geração de empregos e renda, nós temos hoje polos principais, o ouro a gente tem no Brasil inteiro, mas especialmente na região amazônica, na forma garimpável, e temos alguns polos, a região ali do Tapajós, Novo Progresso, são polos ali, um polo no Pará, que tem uma economia que gira em torno da atividade garimpeira. Nós temos regiões no Mato Grosso, na região de Poconé e outras regiões do Mato Grosso, que também tem uma economia que tem uma grande influência da atividade minerária do garimpo. Então, impulsiona a economia local, está relacionada à população tradicional, porque eu estou falando de pessoas sérias, existem bandidos realizando a atividade, mas existem pessoas sérias, pessoas que fazem atividade de forma tradicional há dezenas de décadas., que o avô fazia, o pai fazia e ele faz ainda, daquela mesma forma. Existe a questão da tradição para essa população e eu costumo dizer para os garimpeiros que a gente precisa respeitar os hábitos tradicionais, mas que gente não pode ser conivente.

Mobilidade social, tem uma parte dos garimpeiros que tem esse aspecto nômade. Então onde está o ouro? Ta caindo. Estava na terra Yanomami? Ouve o combate? Vai para Bolívia? Vai para Guiana? Vai para Roraima? Vai para o Amapá? Então tem essa característica também. O Panorama Nacional da Mineração, esse estudo que foi feito pelo NAPUSP, verificou que existem vários garimpeiros que têm o garimpo como atividade principal e, às vezes, única e existem pessoas não, então assim, o perfil do garimpeiro é muito amplo. Sempre me perguntam quantos mil garimpeiros tem no Brasil, até esse número, e existem mais de uma métrica, a gente estima em média de 200 mil, 250 mil garimpeiros, e existe também os associados. A atividade do garimpo está muito relacionada a uma grande informalidade, e essa informalidade é uma atividade irregular, porque a atividade regular tem pré-requisitos de autorizações estatais e de uma precariedade muito grande.

Um dos motivos que me fez fazer esse contexto histórico em relação à questão do garimpo é que algumas décadas atrás, para você ser garimpeiro, você precisava de uma carteirinha, e com aquela carteirinha você garimpava onde você queria, não precisava de PLG, não precisava de licenciamento, usava só um papel e ia aonde você queria. Isso mudou, mas ainda existem no Brasil garimpeiros que tem essa mentalidade, que ele

pode garimpar onde ele quiser, que ele precisa só da força do trabalho dele, mas essa realidade já mudou faz tempo.

Então nós temos conflitos sociais, violência associada, sempre que a gente trabalha com a área ambiental, uso de recursos ambientais, invariavelmente vai ter conflitos, sempre, vai ter interesses distintos, quem quer a exploração, quem não quer. A ausência do Estado também fomenta essa violência, como o Jair falou do narco garimpo, ele se instituiu principalmente pela falta do Estado. O garimpeiro não tem uma fonte de financiamento estatal e aí foi apelando para outras organizações e muitas das vezes não legais.

Tem trabalho escravo e infantil associado nesses garimpos ilegais, é uma realidade em algumas partes do Brasil, tem uma dependência econômica de quem trabalha, e essa dependência econômica está muito associada à forma de relação de trabalho. Essa forma de relação de trabalho é diferenciada, não é a mesma forma de relação de trabalho que a maioria de vocês tem, que eu tenho, onde eu preço um serviço e recebo para aquilo, ali é quase todo mundo sócio, onde todo mundo quer *bamburrar* junto com o dono do garimpo. Essa perspectiva e essa esperança de sempre ter a possibilidade de um momento para o outro virar rico, isso tá no imaginário de todo garimpeiro. Uma vez um garimpeiro me falou que não existe garimpeiro pobre, porque o pobre não tem esperança e todo garimpeiro tem esperança que vai ficar rico. É uma desigualdade muito grande, a gente no panorama da nacional mineração viu o perfil dessas pessoas, normalmente são pessoas vulneráveis, com baixa escolaridade, mas que tem uma renda média maior do que o resto do Brasil. Para eu apresentar uma alternativa para o garimpeiro, eu tenho que ter uma alternativa equivalente. Não dá pra apresentar uma bolsa de 300 reais e achar que ele vai aderir porque não vai. Novamente, nós estamos falando de atividade econômica e ela visa o que? Lucro. Qualquer atividade econômica tem o fim do lucro, então tem que ser rentável, mas não pode ser rentado as custas de exploração de um bem nosso. E aí, fuga de divisas, porque o Estado brasileiro não está ganhando nada com isso, pelo contrário, ele está herdando uma dívida muito grande, áreas desmatadas, contaminação ambiental, está contaminando rios, contaminando pessoas, animais. Está tendo um rastro de devastação.

Foi-se falado também sobre o cianeto, ele é uma alternativa, mas é uma alternativa perigosa, porque tanto o mercúrio quanto o cianeto, em tese, eles são proibidos, a menos que haja uma autorização do órgão ambiental. Há uma proibição ao uso do mercúrio se não houver autorização do órgão ambiental, e isso é feito no processo de licenciamento.

Aí nós temos um complicador, porque o processo de licenciamento é competência incomum no Brasil, e a partir de 2011 as competências foram definidas com a lei complementar e há uma cooperação entre União, estados e municípios. O IBAMA, que é o órgão ambiental executor da política nacional do meio ambiente pela União não licencia garimpo, o Ibama tem, acho que, uma licença ambiental para garimpo, então, todo o licenciamento de garimpo no Brasil é feito por estados. Existe estado como o Pará que delega para municípios sobre as condições previstas em lei, então até 50 hectares, municípios do estado do Pará também realizam licenciamento.

Corrupção, e aí a gente fala corrupção em todas as suas esferas, com agentes públicos, com o comércio em toda a cadeia e os impactos adversos, que são os impactos negativos que estão associados tanto à saúde quanto ao meio ambiente.

Quando a gente fala do mercúrio, e aí eu vou falar uma opinião, nesse caso é uma opinião. Dificilmente a gente vai conseguir atrair a adesão do garimpeiro só com os argumentos ambientais e de saúde, porque todo mundo sabe que faz mal. O garimpeiro é uma pessoa de baixa escolaridade, mas ele não é burro não, ele sabe que faz mal, pra ele tem a tradição, ele acha bonito lá queimar mercúrio e aquele vapor contaminando. Então precisa de capacitação, precisa de sensibilização, precisa de tecnologias, que a mineração em grande escala se robusteceu com tecnologia e investimento. Eu acompanhei a mineração há alguns anos e a evolução que se teve de rota tecnológica, de transporte, a parte de tecnologia e de mineração evoluiu muito nos últimos anos. O mesmo não aconteceu com o garimpo, a gente está vivenciando o mesmo da década de 70, 80. Com raras exceções, a gente está vendo no estado do Mato Grosso que já tem alguns garimpos licenciados sem o uso do mercúrio.

Nós temos aí os maiores desafios, que é a questão da formalização, a atividade do garimpo tem uma grande informalidade, e quando eu falo do garimpo não somente do ouro, o garimpo de gemas, ele tem uma informalidade muito grande. A parte da tecnologia precisa de um incremento de tecnologias no panorama nacional da mineração pequena escala. Foi feito um levantamento, um estudo e existem algumas alternativas, não dá pra falar que tem uma única alternativa porque não existe um único tipo de garimpo, existem vários tipos de garimpo. Então as tecnologias tem que estar de acordo também com o ambiente em que eles estão inseridos. O cooperativismo, uma das alternativas para a atividade de garimpo. É muito difícil você considerar uma regulação e incentivo para atividade feita por pessoa física, porque é muito difuso, é muito amplo.

O mercúrio é um dos grandes desafios, as alternativas para a eliminação dele têm sido estudadas, tem algumas alternativas já comercial, e aí a precisa do Estado brasileiro. Somos signatários de uma conversão internacional, que é a conversão de Minamata, nós temos algumas obrigações assumidas no âmbito dessa conversão, e a gente espera que no âmbito da implementação do plano de ação nacional da mineração em pequena escala que a gente consiga, inclusive, apresentar e inserir para algumas cooperativas, e às vezes, até mesmo financiar algumas alternativas de rota tecnológica. A maior biodiversidade, a maior sensibilidade, a maior quantidade de pessoas vulneráveis estão na Amazônia, e o ouro está lá. O ouro ele é atraente, ele é sinônimo *status*. Então assim, é uma ilusão achar que vai acabar com o ouro, ele não vai acabar por muitos anos, então a gente tem que tentar alternativas para torná-lo menos degradante, mais responsável, mais justo e mais eficiente.

**Thaianne Resende – Diretora do Departamento de Qualidade Ambiental,
Ministério de Meio Ambiente e Mudança do Clima**

Por que esse mercúrio representa um risco para as pessoas que não praticam essa atividade? Por que ele é tão preocupante? Quando ele é amalgamado, é queimado para separar o ouro do mercúrio, ele evapora e vai para a atmosfera. Então vamos falar aqui do mercúrio na parte gasosa. Ele também é jogado no rio quando ele não amalda, então eu estou ali nele transformando em sedimento, o inorgânico entra no rio transformado no pior tipo dele, o metilmercúrio, e ele acumula os micro-organismos aquáticos e a mais alta concentração são os peixes carnívoros, então começa bem na cadeia e aí vamos a nós.

Aonde que estamos aqui? Até agora eu falei da parte ambiental, contaminação do solo, contaminação da água também. Não vou passar aqui para vocês já alguns dados de quantidades, mas também estamos identificando na água. E aí a gente entra em gestão do peixe contaminado que é nossa principal fonte de exposição. Podendo atingir níveis que causam efeitos nocivos à saúde, a gente sabe que o mercúrio tem um mercúrio natural, mas não é nos níveis que estamos encontrando, o normal não faz o mal para a saúde do que está acontecendo. E aí a gente vem desde a parte neurológica (diminuição da memória, alteração da visão), doenças cardíacas, altera pressão arterial, tremores, problemas reprodutivos e renais.

Essa parte dos problemas reprodutivos e renais para as crianças e os fetos acho que é uma das piores substâncias que a gente pode estar lidando. Por quê? Durante a fase de formação fetal, ou nos dois primeiros anos de vida, ele causa um déficit no desenvolvimento, tardando o aprendizado, déficit de atenção, paralisia cerebral nas crianças. É aí que eu vou trazer um pouquinho da minha realidade. Na última COP, a gente fez a reunião da América Latina com um dia de antecedência, uma reunião direta dos povos indígenas. Só eu e mais uma pessoa do governo que foi permitida a participação. E uma das indígenas comentando “É algo que a gente não tinha medo, mas hoje eu tenho medo de engravidar. Como que vai nascer meu filho?” Então, sim, é algo de se pensar.

Bom, por que então veio uma convenção? A doença de Minamata teve origem lá no Japão, em 1950, sintomas neurológicos graves em pescadores, e aí deu o nome então para a convenção. Então começaram nascer as crianças com paralisia cerebral, muitos problemas neurológicos. Falando um pouquinho a parte animal. Os gatos, eles fazem fila para se jogar do penhasco. Gatos suicidando? Por que? Eles ficavam andando, rodando e não conseguiam se alimentar por conta da contaminação dos peixes com mercúrio.

Bom, qual o objetivo da convenção? Pra proteger a saúde humana e o meio ambiente dos efeitos do mercúrio. Porque mercúrio é uma substância que está ali gasosa na parte sólida, na parte líquida e abrange vários setores. Gente, quando vocês falam que é a preocupação do ouro, vocês falam uma parte da minha preocupação de quando eu falo sobre mercúrio. Eu tenho que conversar com vocês, mas eu também tenho que conversar com a parte de lâmpadas, amalgamas, e por aí vai, são vários setores, vários

agentes. E aqui vem então abrangendo desde a mineração, comércio, esportes e o Brasil não produz, mas ele importa. Quem produz é o Peru, México e alguns outros poucos. Produtos e processos industriais são as liberações e depois temos também a parte das áreas contaminadas. A gente tem uma regulamentação para equipamentos eletrônicos que também usam mercúrio. São muitos e muitas atores.

E o problema no Brasil, o garimpo ilegal é a maior fonte de contaminação, de 67 até 940 toneladas por ano de mercúrio. Por que essa desproporcionalidade tão grande entre os dados? Não é fácil fazer um levantamento de quantos garimpos ilegais tem no país. E a contaminação é solo, água e o ar que são gravemente impactados. Impactos à saúde, se lembrem sempre, gestantes e as crianças são as mais vulneráveis. E os povos indígenas, Muduruku, Yanomami, Kayapó, estão com alto nível de mercúrio. Mas não vou parar aqui não, a gente agora está monitorando esses povos, mas o meu foco, são os peixes nós estamos comendo. Em Manaus, ali na feira, como foi identificado, o peixe não fica só lá.

E aí, qual é a nossa atuação do MME? O Brasil, falando um pouco de governo, ratificou a convenção em 2017 com o decreto de procuração 2018 e aí temos projetos ambientais de monitoramento. É um projeto que é até um recurso nosso interno, porque o IGF ele não financia monitoramento ambiental de mercúrio, muito menos em terras indígenas. O Brasil tá levando pra próxima COP 6 em novembro agora um pedido para o IGF que ele faça isso, porque tem um compromisso da Convenção de Minamata com os povos indígenas. Então, nada mais justo do que você fazer o mínimo, que é monitorar, para você conseguir ter um plano de ação.

Bom, começou na parte de Yanomami, então a gente vai ter o maior estudo de monitoramento ambiental mundial em terra indígena. São anos de coleta, inclusive nesse momento o CETEM está lá coletando, tive a oportunidade de ir no mês passado, muito difícil acesso, e assim, você fazer uma coleta na terra indígena, é um avião te esperando que já tem que partir, você mal chega e já tem que coletar rapidinho, já tem que partir, pedir autorização para a liderança. Então assim, a gente leva muito a sério essa parte de pedir autorização. Semana passada, nosso secretário Adalberto foi em Muduruku para pedir autorização para a liderança para entrar no seu território. E o que eles consideram território é igual entrar na nossa casa, se eu for entrar na sua casa, eu peço licença, ali você vai pegar um pedaço de terra, uma água, é deles, é a terra-mãe, então você tem que pedir autorização, você está pegando um pedaço deles.

Então, assim que está acontecendo desintrusão, a nossa ação ambiental pode fazer um monitoramento, Yanomami, Munduruku, vamos iniciar, Caiapó também, e depois, quando tiver condições de entrar, em Sararé.

Para implementar a convenção de Minamata, alguém falou aí da parte do governo trabalhar junto, temos a Comissão Nacional de Segurança Química, e dentro tem um grupo de trabalho para a implementação da convenção de Minamata. Então, quem não faz parte e gostaria de fazer parte são bem-vindos, temos 30 instituições fazendo parte, desde indústria, desde o governo, sociedade civil e universidades. Ali é o *locus* para implementar o plano de ação da Convenção de Minamata, ali a gente tem uma

estratégia. E tem a parte que vocês já falaram do projeto Ouro Sem Mercúrio, que a gente fica bem contente de ter um documento agora e ansioso para que o Brasil cumpra o prazo, que na verdade já perdeu o prazo.

Como que funciona a convenção de Minamata? Mercúrio não é proibido, mas o país que informa que ele tem um uso mais do que insignificante, que é o nosso caso, bem mais, de uma mineração artesanal de pequena escala, ele tem que fazer um plano de ação, e tem prazo de, depois que informa, dois anos, três anos para apresentar, e a gente informou em 2019. Eu gostaria, eu Thaianne, como ponto focal da Convenção de Minamata, de chegar na COP em novembro, não passando carão, tipo, toda vez que a gente passa de que não entregou minimamente no plano de ação. Gostaria, é um desejo meu, como ponto focal, a cara do mercúrio, mas, vamos ver se a gente consegue.

E cooperação institucional gente, trabalhar junto. Nós, no Ministério, temos uma abertura muito grande com todos os setores, onde a gente trabalha muito bem, Ibama, Funai, ANM, Ministério Público Federal, Cooperação Internacional e o setor industrial também, a Abiquim é um super parceiro. Temos agora uma lei de substâncias químicas, um inventário de substâncias químicas, mercúrio com certeza vai ser um dos prioritários para fazer medidas de controle.

E outra coisa, para quem é do setor, mercúrio é proibido de uso? Não, não é proibido, mas uma vez que não está tendo importação legal para mineração, eu entendo que mesmo a mineradora, o garimpo, a cooperativa que está usando o mercúrio, mesmo com uma licença ambiental, ele está irregular. Porque hoje o que a gente tem de importação é para as indústrias cloro álcalis, e agora em 2025 é o prazo e elas vão fechar, não vai ter mais um uso de mercúrio para esse fim. Qual vai ser a desculpa no próximo ano? O próximo ano acabou, não tem mais importação de mercúrio para cloro álcalis. O Ibama fez uma instrução normativa, é difícil cumprir uma autorização de uma substância como essa? Mas existe um regramento e eu acho que a equipe vai ficar muito contente de ensinar, fazer, capacitar para que seja cumprido.

Aqui a gente tem que olhar com muita franqueza. E hoje, se está tendo um garimpo e usando o mercúrio, ele está indo no ar. As fontes que passa pelo Ibama na parte de importação e a gente não produz mercúrio, então assim, não está fechando as contas. É um compromisso de governo, quando o Jair fala que ter política pública, ter o compromisso com o governo a gente viu como dá um peso. Desintrusão, como é que a gente ia pensar nisso há pouco tempo atrás, de ter essa movimentação toda para os povos indígenas. Eu trouxe aqui para vocês que a transição para um ouro responsável e sem Mercúrio é um dever moral com as futuras gerações e com os povos da floresta. Muitos de vocês quando pensarem que vão parar de utilizar uma substância como essa, vocês se considerem também que estão fazendo uma melhoria para o meio ambiente e para as futuras gerações.